

DF - CORRUPÇÃO

Procurador acusa cinco oficiais por corrupção

Maurílio Lemes

O procurador militar Marco Antônio Pinto Bittar, da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, acusou cinco dos militares indicados no processo que apura o caso das corrupções no Comando Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. São eles o coronel Waldir Alves Pinheiro, o major Lisandro dos Santos Chiarel Filho, o capitão Jairo Pereira Picanço e os tenentes Magno de Almeida e Cesar Corrêa Pereira, acusados de exigirem e receberem de fornecedores 10% sobre o valor das compras para o Rancho do Quartel, quando exerciam funções no Comando da corporação.

A denúncia será entregue terça-feira ao juiz-auditor da 11ª CJM, Arylton da Cunha Henriques, que terá 15 dias de prazo para dar seu parecer. Ao juiz, o procurador militar está querendo também a divisão do processo para oferecer outras quatro denúncias contra os militares-bombeiros envolvidos nas irregularidades. Os quatro novos processos solicitados pelo procurador envolvem os depoimentos de 44 testemunhas e de outros seis indiciados: major Luiz Carlos Serafim da Silva, tenente-coronel Carlos Alberto do Nascimento, major José da Silva Botelho,

capitão José Fernando da Cunha Farias, major Giovanni Alcenir Nunes e os tenentes Jorge Ferreira Duarte, João Kukulka Júnior e João Paulo dos Santos.

Inquérito

O Inquérito Policial Militar, para apurar as irregularidades no Corpo de Bombeiros do DF, foi aberto a pedido do governador José Aparecido. Através de decreto assinado em 4 de dezembro do ano passado, o governador designou o coronel de Infantaria Dinamar Mossari, como encarregado do IPM.

Entre as irregularidades apuradas, estão a utilização de veículos, máquinas e combustível do Corpo de Bombeiros, na prestação de serviços particulares a oficiais e praças da corporação; a utilização de mão-de-obra de praças do contingente, em horários normal de expediente, em obras de construções e reformas, em residências de oficiais.

E mais: recebimento, por oficiais, em razão da função, de vantagens indevidas de fornecedores do Corpo de Bombeiros; desvio de gêneros alimentícios e materiais de construção da corporação por oficiais e praças; recebimento indevido de diárias para viagens ao exterior; e desvio

e/ou aplicação indevida de verbas públicas.

Crimes

Todos esses dados estão no requerimento em que o procurador militar pede a formação de outros processos para que sejam julgados separadamente os seguintes crimes: utilização da mão-de-obra de bombeiros, em horário de expediente, com ou sem fornecimento de alimentação e de transporte pela corporação; uso de combustível por oficiais; possível sonegação, extavio ou inutilização de livro ou documento, alteração de anotações; e compras efetuadas em nome do Corpo de Bombeiros em proveito particular e desvio de alimentos da corporação.

O procurador Marco Antônio Bittar resolveu requerer essas providências por entender que "os agentes que praticaram os ilícitos só têm em comum o fato de todos serem bombeiros-militares". O diretor da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, Adroaldo Queiroz, explicou que o despacho do juiz, em relação ao requerimento, será rápido. Adroaldo adiantou que o juiz poderá ser breve também na apreciação da denúncia contra os cinco militares e já na próxima semana marcar a data dos seus interrogatórios.

As irregularidades dos bombeiros

O processo que apura o «escândalo» no Corpo de Bombeiros do DF leva o número 25/86-7, já possui quase 1.600 folhas distribuídas em oito volumes e «ainda vai crescer muito», segundo prevê o diretor da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, Adroaldo Queiroz. Ele, mais o escrivão Rogério Braziellas, já se preparam para «engordar» o processo com novos depoimentos dos acusados, assim que o juiz marcar as audiências.

E os novos depoimentos poderão começar com os cinco oficiais-bombeiros acusados pelo procurador militar Marco Antônio Pinto Bittar, caso o juiz Arylton da Cunha Henriques acate a denúncia. Os militares foram acusados com base no artigo 305 do Código Penal Militar, por crime de «Concussão».

Ou seja, «Exigir para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida». Pena: dois a oito anos de reclusão. No caso, os oficiais bombeiros foram acusados depois que o IPM apurou que eles exigiam e receberam de fornecedores 10% sobre o valor das compras para o Rancho do Quartel da corporação.

Acusações

Na denúncia, o procurador militar conta que o coronel Waldir

Alves Pinheiro, 46 anos, enquanto exercia a função de ajudante-geral do Comando Geral do Corpo de Bombeiros, recebeu, através do capitão Jairo Pereira Picanço, «importâncias equivalentes a 10% das compras efetuadas para o Rancho».

O procurador assinala que, em depoimento no IPM, o comerciante Paulo César Gontijo, dono da Frigopeixe — Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda, confirmou ter pago os 10% sobre o valor das faturas correspondentes às compras ao capitão Jairo, todos os meses. O coronel Waldir exerceu a função de ajudante-geral de janeiro de 1983 a agosto de 1985.

O comerciante revela ainda que quando atrasou no pagamento da importância exigida, acabou sendo excluído de uma licitação. A denúncia acrescenta que o coronel Waldir, presidente da Comissão de Licitação, tinha em «sua companhia, Deuzedita dos Reis Pereira, dona da Mercantil — Comércio e Representações Ltda., a quinta maior fornecedora do Corpo de Bombeiros do DF». Só no ano passado, a firma vendeu à corporação mercadorias no valor de Cr\$ 291.480.128,00.

O coronel Waldir Pinheiro é acusado também de aplicações irregulares da verba destinada ao

Corpo de Bombeiros em 1984, de Cr\$ 255.694.487,00, com empréstimos pessoais a bombeiros militares. Entre os beneficiados com os empréstimos são citados o coronel Luiz Ubiratan de Oliveira, o capitão Jairo Pereira Picanço e o 1º tenente Cezar Pereira Correa. Este último teria recebido uma «doação» de Cr\$ 11 milhões e 700 mil, em parcelas de Cr\$ 3 milhões.

O major Lisandro dos Santos Chiarel Filho, 36 anos, também recebeu as comissões de 10%, pagas por meio de cheque ao portador, enquanto exerceu o comando do 1º Grupamento de Incêndio, de outubro de 1983 a maio de 1985. Com isso, «o major Chiarel construiu uma casa na QI-25 do Lago Sul», diz a denúncia.

Como tesoureiro da Ajudância-geral, o capitão Jairo Pereira, 36 anos, tinha o controle da arrecadação das importâncias exigidas dos fornecedores. O 1º tenente Magno de Almeida, também 36 anos, era quem executava o trabalho de receber dos fornecedores. E o tenente Cezar Correa Pereira, 29 anos, «procurou comerciantes fornecedores do Corpo de Bombeiros e exigiu deles o fornecimento de verdura e outros gêneros alimentícios para sua residência», acusa a denúncia do procurador militar.